



EPEPE
ENCONTRO DE PESQUISA
EDUCACIONAL
EM PERNAMBUCO

Educação e Desenvolvimento
na Perspectiva do Direito à Educação

EIXO TEMÁTICO: 2 - EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

REFLETINDO SOBRE O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E SUA INTEGRAÇÃO À EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Alzenir Severina da Silva¹

UFRPE/UAG - Unidade Acadêmica de Garanhuns

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão sobre a noção de sustentabilidade com vistas a compreender os limites e possibilidades de sua utilização nos estudos e pesquisas voltados à construção de uma educação socioambiental. Assumida como “nicho acadêmico” e integrada às pesquisas de diferentes áreas, sua maior ressonância está nos estudos fundamentados na racionalidade ecológica. É também evidenciada nos discursos de “cuidado com a natureza” e de “responsabilidade socioambiental”. Assim, a sustentabilidade assume a posição de articuladora das leis que regem o corpus natural com as leis da economia capitalista. Noutra perspectiva, propomos que a discussão sobre a incorporação da sustentabilidade na construção da educação socioambiental deverá centrar suas análises nas relações dos homens com os bens da natureza e como esses bens estão territorializados e desigualmente apropriados. Ressaltamos que uma educação socioambiental deve preocupar-se com questões como: a quem o discurso da sustentabilidade tem respondido; por que foi rapidamente capturado pelo setor econômico; como o conceito de sustentabilidade é assimilado empiricamente e quais têm sido os diálogos entre a concepção do cidadão comum e o conceito cientificamente produzido.

Palavras-chave: Desigualdades socioterritoriais; Educação; Sustentabilidade

Introdução

Os estudos socioambientais focados nas relações de poder e na desigualdade de acessos aos bens da natureza, ainda possuem menor visibilidade do que os estudos que trazem em sua formulação a abordagem sobre o esgotamento dos recursos naturais, os desastres ecológicos e o tratamento da *natureza como “bem comum a todos”*. Em algumas práticas e discussões sobre as questões socioambientais, há silenciamentos quanto ao componente territorializante presente nas análises relacionadas à natureza e aos recursos dela provenientes.

O discurso da *natureza como bem comum a todos*, simula uma homogeneidade social no mundo capitalista dividido em classes (dominantes e dominados). Ocultam que os grupos e classes sociais se apropriam com intensidade diferente da produção de riquezas e, também,

¹ Professora do Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG), Universidade Federal Rural de Pernambuco. alzenir@uag.ufrpe.br

dos “frutos indesejáveis” da produção/destrutiva. Silenciam quanto ao fato de que os bens advindos da natureza são territorializados e, de modo geral, privadamente apropriado.

A proposta deste artigo é discutir sobre como a concepção de sustentabilidade, diante das contradições de uma sociedade consumista e competitividade em que se acirram as desigualdades na apropriação dos bens da natureza. Nessa perspectiva, apresentamos uma reflexão que nos permite pensar sobre restrições, limites e possibilidades à incorporação da noção de sustentabilidade na educação socioambiental.

O objetivo é discutir a noção/paradigma da sustentabilidade e como inseri-la na construção de novo pensar/agir sobre os bens da natureza, a partir do exercício da educação socioambiental. Visa também, buscar alternativas reflexivas críticas e promover estudos das relações da sociedade com os bens da natureza em articulação com a justiça ambiental. A sustentabilidade assim concebida terá que indicar uma abordagem diferente da presente na racionalidade ambiental, inserida na lógica da chamada modernização ecológica que tem respaldado a instituição de novos processos produtivos e a criação de novos produtos e demandas.

Propomos trazer para a análise da educação socioambiental, fenômenos ligados às desigualdades no acesso aos bens da natureza e à territorialidade das questões ambientais que despertam pouco interesse nos agentes econômico-sociais, no poder públicos, nas pesquisas pragmáticas e até mesmo nos movimentos ecológicos

As reflexões que apresentamos a seguir expõem, no plano discursivo, como analisamos as relações entre natureza-sustentabilidade, presente nas discussões atuais. Nelas também discorreremos sobre o discurso paradigmático da sustentabilidade e sua transformação em *panacéia* à exploração dos bens da natureza.

A Territorialização da Natureza nos Debates Ambientais

O termo natureza tem uma grande diversidade de uso. É empregado para fazer menção a fenômenos que fogem à explicação e controle do homem, para fazer alusão a comportamentos “incomuns” ou não previstos e até para designar simbolismos e manifestações de cunho místico (atribuídas às forças divinas). Do senso comum ao meio acadêmico, no âmbito técnico ou filosófico, existe uma profusão de definições atribuídas ao termo natureza.

Mesmo quando expressam sentidos e significados distintos, os conceitos de natureza apresentam nuances e associações com o que está na essência das coisas ou dá origem a algo

no mundo físico/material e humano. Natureza é a palavra utilizada para designar ao mesmo tempo a essência dos fenômenos físicos e a essência da psique e da soma² humanos.

A noção de natureza é construída e vivenciada coletivamente e expressa valores, sentimentos e referenciais diversos. A noção de natureza está, cultural e intelectualmente, impregnada por fundamentos teológicos, pelas idéias do pensamento filosófico e pelos conhecimentos técnicos e científicos dominantes em cada tempo e lugar.

Na história evolutiva o homem foi se colocando como exterior ao mundo natural, adotando posturas de dominação e exercendo seu poder sobre outros seres formados pelos reinos mineral, vegetal e animal e sobre os próprios homens. Em consequência do “domínio” do homem sobre natureza, assistimos na atualidade a comprovação dos limites e incertezas quanto à forma e a manutenção da vida na terra, quer estejamos falando do mundo físico, quer estejamos nos referindo à natureza humana.

O discurso da superioridade humana sobre a natureza, a partir da exclusão do homem do “reino natural”, dá início a idéia de que a natureza fora criada para servir ao homem. De acordo com essa concepção, no momento em que o homem se sobrepõe à condição de selvagem, de ser natural, é excluído do reino da natureza, em decorrência de *sua capacidade única de comunicação racional (...). Animais e plantas passam a condição de obedientes à vontade do homem*³

O refreamento da concepção do domínio humana sobre a natureza foi acionado com as descobertas do agravamento dos problemas ambientais que comprometiam a continuidade da vida na terra. Atrelados à contestação dos pressupostos da modernidade cientificista e à refutação da razão instrumental como a única via legítima para o conhecimento, são apresentadas novas abordagens crítica da realidade.

Reintroduz a exigência de se repensar a prática da reciprocidade e da mutualidade entre pessoas e grupos. Propõem reavaliar as leituras e interpretações sobre as convenções estabelecidas na relação da sociedade com a natureza. Apesar de evidenciar os problemas ambientais, o destaque nas discussões está nos discursos inseridos na lógica da chamada modernização ecológica atrelada à ideia de sustentabilidade ambiental.

² o corpo humano, matéria físico-biológica.

³PASSMORE, John (1914-2004). “Attitudes to Nature”. In: Peter, R. S., Ed. *Nature and Conduct*. Royal Institute of Philosophy Lectures, Vol. VIII, 1973-74. London: McMillan, 1975, p. 251-264. Tradução Christine Rufino-Dabat, revisão Edvânia Tôrres Aguiar Gomes e Fabiana dos Santos Firmino. Tradução publicada com a autorização do Royal Institute of Philosophy Lectures, 1995. O artigo original foi incorporado como anexo in: PASSMORE, John, *Man's Responsibility to Nature. Ecological Problems and Western Traditions*, London, Duckworth, 1980 (p 91)

Numa breve visita a *sites* de artigos científicos, periódicos acadêmicos e mesmo as matérias jornalísticas dedicadas à divulgação de estudos e pesquisas sobre a problemática ambiental, percebemos que os debates sobre as questões ambientais, têm se concentrado nas análises do esgotamento dos bens naturais. São discursos que apresentam a natureza como “bem comum”, silenciando que os bens advindos da natureza são territorializados, visto que são desigualmente acessados e apropriados privadamente pelos grupos sociais de acordo com sua capacidade de gerar instrumentos técnicos, o que os tornam, em si, foco de poder, disputa e conflitos

Algumas questões ambientais têm como principal cerne a preocupação com a criação de novas mercadorias. Seu foco está em *precificar* os bens da natureza, particularmente àqueles que antes pareciam voltados ao patrimônio e ao domínio público.

Quando analisamos a problemática ambiental, ligada às questões do território, ao menos duas acepções podem ser vislumbradas: numa a natureza passam à condição de simples base material, fonte de recursos, enfatizando a dimensão espacial das relações econômicas. Noutra, compõem a base das relações entre sociedade e natureza, associada ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico, indicando-nos uma noção de *Território natural*.

Na abordagem socioespacial e política, amparada em pressupostos defendidos por Raffestin (1993), compreendemos como a natureza foi concebida como fonte de recursos naturais (enquanto matéria) e transformada em instrumento de poder. Numa abordagem crítico reflexiva, salientamos a natureza não como elemento estático, componente do quadro físico-ambiental e sim como conteúdo da conformação do território e mediadora de territorialidades.

Outra lógica de leitura da natureza, concebida como elemento territorializante, está na avaliação das consequências do processo de apropriação desigual dos bens da natureza. Nesse formato, visualizamos como vem acontecendo a eliminação de culturas e outras formas de relacionamento dos homens entre si e com a natureza, já que a dialética inter-relação do homem com o meio é um processo engendrado ao longo da história humana. Compreender suas consequências passa necessariamente pela compreensão da dinâmica da natureza e do próprio devir do homem.

Sustentabilidade: Panacéia à Exploração dos Bens da Natureza

O termo Sustentabilidade⁴ emerge inicialmente nos estudos de enfoque econômico, mas, no contexto atual, apresenta-se como um discurso polifônico, pois é desses termos cujo emprego e compreensão não se prestam a uma *dialética unidimensional*⁵, haja vista o caráter polissêmico que ele expressa.

As discussões em torno da sustentabilidade assumiram maior relevância após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, a partir da qual a noção de desenvolvimento sustentável torna-se amplamente divulgada. Passamos, desde então, a assistir à intensificação do uso do termo sustentabilidade, seja em discussões que contestam seu emprego, seja na legitimação e defesa de seu *status* como verdade técnica e científica.

O marco inicial dessas discussões está na preocupação com a instituição de uma nova atitude para com os bens naturais, ativada pelos movimentos ecológicos, ocorridos a partir dos anos de 1960, particularmente nos países desenvolvidos. Portanto, fundamentado no questionamento da racionalidade modernista, responsável pela acentuação dos desgastes da natureza.

Evidenciavam os limites das ações do homem sobre a natureza, a crua realidade dos desníveis de “desenvolvimento” e o cerceamento do direito de ser diferente e lutavam pela liberdade de instituição de um modo de vida alternativo – movimentos *hippies*. Sincronicamente aos movimentos ecológicos, havia os movimentos sociais de luta pelo reconhecimento da alteridade, pela liberdade política, sexual e de questionamentos no que diz respeito aos modelos econômicos adotados nos países desenvolvidos e à subordinação dos países subdesenvolvidos.

Para além das questões específicas de cada movimento, o maior impacto dos movimentos ambientalistas foi trazer à tona a discussão sobre o modelo de “desenvolvimento” fundado no modo de vida urbano-industrial, com graves consequências para a degradação da natureza, a qualidade de vida e o direito à diferença. Na prática e no discurso, eram movimentos que contestavam a miséria do cotidiano, sequela da “homogeneização compulsória” imposta pelo modelo produtivista-consumista.

⁴ "Sustentabilidade" é um termo do vocabulário ecológico que diz respeito à tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, a funcionarem na base da interdependência e da complementaridade, reciclando matérias e energias, os dejetos de uma forma viva, sendo o alimento de outra; os ecossistemas são tanto mais estáveis quanto mais complexos e diversos, e sua permanência é função deste equilíbrio dinâmico. "Sustentabilidade" nos remete às noções de estabilidade e de ciclos. (c.f. HERCULANO, 1992, p. 22).

⁵ Dialética unidimensional é aqui contraposta à diversidade de sentidos e de significados que vêm atribuídos à noção de sustentabilidade.

O valor político e filosófico desses movimentos acha-se no questionamento da ideologia da felicidade humana, advinda com o progresso científico e embasada na ideia do positivismo difundido durante o século XX. Outro valor atribuído aos movimentos sociais desse nosso passado recente está em desmascarar o discurso da *auto-realização* (BERARDI, 2005, p. 30) proporcionada com a expansão da organização socioeconômica ancorada na produção de mercadorias e no consumo de massa.

Na base desses movimentos desencadeados nos anos de 1960 e 1970 estão à recusa, a rejeição e a insubordinação ao modo de produção industrial que “parecia maduro e decrépito, em sua perfeição técnica e funcional”.⁶

A partir das denúncias dos movimentos sociais e ambientais, surgiram novas concepções teóricas e práticas direcionadas à construção de princípios globais de responsabilidade social e de cuidados com a terra. Muitas das teses levantadas pelos movimentos ecológicos, respaldados em estudos científicos, foram utilizadas como fundamentos em eventos internacionais⁷ relacionados ao uso racional e à conservação da biosfera, ao ambiente humano, ao desenvolvimento e às questões do meio ambiente relacionadas às aglomerações urbanas. É com base nesses movimentos e eventos que surge o paradigma/discurso da sustentabilidade.

Apesar de ter sido forjado no movimento ambientalista, o conceito de sustentabilidade, nascido como busca de *harmonização* nas relações entre desenvolvimento e natureza, foi incorporado nos discursos técnicos e abraçado pelas elites dirigentes e por organismos internacionais. Tal incorporação levou à alteração do sentido do conceito tal como proposto pelos movimentos ambientais. Com essa incorporação, o termo assume a posição de articulador das leis que regem o *corpus* natural com as leis da economia capitalista, tendo sido adotado como paradigma de análise dos fatores econômicos, políticos, sociais e suas relações com as questões ambientais.

Apropriado pela tecnoburocracia dos Organismos Multilaterais como a ONU, o discurso da sustentabilidade fundamenta a retórica de que o desenvolvimento capitalista estaria ameaçado porque as suas bases materiais de reprodução estariam sendo

⁶ A título de exemplo, podemos citar o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), da cientista americana Rachel Carson; O livro *Uma Terra Somente*, sobre o impacto da atividade humana na biosfera de René Dubos e Barbara Ward; a publicação do livro *Limites do Crescimento*, resultado das pesquisas feitas pelo Clube de Roma, uma organização internacional que discute problemas mundiais e que prevê consequências desastrosas para a humanidade, caso o crescimento não seja controlado.

⁷ Cf. Conferência Intergovernamental para o Uso Racional e a Conservação da Biosfera, promovida pela UNESCO. A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, leva à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; o primeiro encontro Habitat em Vancouver, no Canadá, que relaciona as questões do meio ambiente às aglomerações urbanas.

comprometidas. Sua compreensão inicial esteve quase que integralmente voltada às questões do desenvolvimento econômico, associadas às limitações do estágio tecnológico e das organizações sociais, naquele momento, consideradas incapazes de assegurar o atendimento às necessidades do mercado e da população com crescimento em ascensão, particularmente dos pobres.

A ideia de sustentabilidade, associada à condição de paradigma para a manutenção do desenvolvimento econômico social, teve maior divulgação com o lançamento do livro “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como Relatório Brundtland, documento produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987). Seu conteúdo apresenta o resultado de três anos de atividade dessa Comissão e é composto pelas considerações quanto ao quadro atual das questões ambientais e da continuidade do modelo de desenvolvimento, discutidas nas audiências públicas realizadas em vários países.

Documento dirigido principalmente à congregação de governos, reunida na Assembléia das Nações Unidas, às empresas privadas em todas as suas dimensões e as pessoas de um modo geral, a quem caberia difundir/exercer novas atitudes e perspectivas em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Por esta razão, constituiu-se como “*uma agenda global para mudança*”, solicitado pelas Nações Unidas.

Esse documento considera, portanto, que Meio Ambiente não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas. Nele o conceito de “desenvolvimento” foi empregado como aquilo que fazemos ao tentar melhorar o que nos cabe neste lugar que ocupamos.

Pela primeira vez, os termos desenvolvimento e meio ambiente passaram a formar um par “inseparável”. É a partir dele que ocorreu a difusão do termo desenvolvimento sustentável, definido como aquele que é capaz de garantir o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas. Aponta que:

[...] tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico (p.9). Considera que o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. (, p.10)

É inegável o crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta, após a ECO/1992⁸; mas, em essência, o que temos acompanhado é a adoção do discurso/paradigma da sustentabilidade como uma nova forma de reprogramação dos recursos naturais. Emerge como mecanismo de regulação da relação sociedade/natureza e como mais um artifício para dar continuidade ao projeto de apropriação dos recursos naturais disponíveis e/ou a descobrir, do que como verdadeira preocupação com a instituição de um novo modelo de sociedade.

Em virtude dos diferentes interesses econômicos, sociais, da diversidade cultural e das perspectivas epistemológicas e teóricas de abordagem que o termo sustentabilidade abarca, sua concepção é bastante elástica. Por um lado, congrega um sentido radical, ao envolver movimentos ambientalistas e sociais que propõem um novo tipo de sociedade. Por outro, também pode assumir um significado conservador, ao renomear o desenvolvimento capitalista conferindo-lhe uma preocupação social e ambiental.

No processo de territorialização da natureza, o discurso da sustentabilidade tem sua maior difusão atrelada à ideia de desenvolvimento e está associada à perspectiva econômica que passa a incorporar conservação, substituição e crescimento do volume de capital físico e humano, como importante aspecto da sustentabilidade. Sua utilização na perspectiva econômica tem sido a mais favorecida, visto que o conceito dá respaldo à instituição de novos processos produtivos e à criação de novos produtos e demandas, associando-se, portanto, à concepção da economia que, como afirma Berardi (2005, p. 67), “A economia sempre foi esse sacrifício do presente em nome de um futuro constantemente adiado”.

Dada a diversidade de interesse que representa, podemos dizer que é pertinente admitir que o termo sustentabilidade não expressa um fenômeno uníssono. As práticas conceituadas como sustentabilidade não podem ser traduzidas numa única palavra, nem mesmo num único significado atribuído a esta palavra.

Como conceito, o vocábulo sustentabilidade vem sendo empregado com os sentidos mais diversos, dependendo da natureza teórica, dos pressupostos e regras metodológicas e dos interesses que respondem. Podemos dizer que nas diferentes formas em que o termo é empregado, o princípio fundante está em “salvaguardar” o acesso futuro aos bens naturais. Porém, o que a noção oculta, ou ao menos não evidencia, é a quem eles pertencem, visto que em sua grande maioria estão “abrigados” através do direito de propriedade privada.

Os setores que o empregam – particularmente os setores produtivos da grande economia – encontram em sua utilização a forma de se proteger do “rótulo” de responsáveis

⁸ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

pela destruição/degradação da natureza. Incorporam o espírito de mantenedores da vida natural, de instituintes de outra preocupação com os bens naturais, particularmente os de uso comum – água, ar.

Dessa forma, a sustentabilidade enquanto vocábulo insere-se no contexto dos “novos” termos empregados para expressar as mediações na relação da sociedade com a natureza ou com os “bens naturais”. Torna-se um termo de uso freqüente nos meios técnico, acadêmico, financeiro, industrial, de consumo, etc., como forma de justificar a manutenção das possibilidades de exploração e uso – privado – da natureza.

Para a superação da perspectiva economicista, Sachs (2002) afirma que a sustentabilidade não diz respeito apenas ao estabelecimento de limites ou restrições para que o desenvolvimento persista ao longo do tempo. Ela implica também a ultrapassagem do econômico: não para a rejeição da eficiência econômica e nem pela abdicação do crescimento, mas pela sua colocação a serviço de uma nova organização societária na qual a finalidade social esteja justificada pelo ético de solidariedade intergeracional e de equidade, materializada num contrato social.

Obstáculos à instituição do *éthos* de sustentabilidade, na perspectiva indicada por Sachs, estão relacionados à permanência dos referenciais da *razão instrumental* e das “verdades científicas” por ela estabelecidas. Na razão instrumental⁹, mantém-se o predomínio e a supremacia do homem em relação à natureza que contribui para o crescimento da oferta e da criação de demandas por produtos e mercadorias cada vez mais modernas e instantâneas, desconsiderando o lugar do consumo e do desejo do ser humano na (des)ordem do universo.

Vivemos a permanente contradição em fundar novos princípios de conservação social sobre as bases do mesmo modelo antropológico do *Homo Economicus* e do individualismo possessivo que estruturam a economia convencional. O contexto social é o da sociedade competitiva, em que todas as energias são mobilizadas para uma posição de prevalência nos confrontos com o outro.

Encontramos ainda dificuldades na construção de uma postura de sustentabilidade no fato de estarmos imersos no sistema de mercado. Nele a produção da vida material e imaterial não é assegurada em virtude das necessidades e sim das

[...] demandas, isto é, às necessidades daqueles que têm poder aquisitivo para poder ser atendidos pelo mercado; para os desvalidos

⁹ Para Habermas, a razão instrumental é aquela que considera a realidade, o mundo natural, como objeto de conhecimento pela ciência, com o objetivo de levar a um controle a uma dominação pela técnica dos processos naturais, submetendo-os aos interesses da produção industrial. Razão e ciência nesta perspectiva estão voltadas aos interesses da dominação técnica, sobretudo no capitalismo avançado. c.f. Japiassu e Marcondes (1990).

haveria a boa vontade de dar "oportunidade de vida melhor" e "padrões mínimos de consumo", o que, até agora, vem sendo feito de forma autoritária, impositiva, homogeneizante e empobrecedora em termos culturais (HERCULANO. 1992, p. 19).

Com o discurso de proporcionar uma nova era de crescimento econômico atrelado aos novos rumos no desenvolvimento tecnológico, à mudança institucional e ao aprimoramento da organização social (Nosso futuro comum, 1987), o conceito de sustentabilidade encontra respaldo teórico e metodológico na razão instrumental. Mas, a questão aqui colocada situa-se no âmbito da defesa das identidades individuais e coletivas dos povos e lugares.

Para que o atendimento das necessidades atuais e das futuras gerações seja uma realidade, torna-se imperioso a incorporação do aporte das diferenças, a transposição da suposta homogeneidade de funcionamento do sistema natural, que não pode ser reproduzido nas manifestações humanas e de suas relações com os bens naturais. O que tem que ser buscado com a instituição do paradigma da sustentabilidade é a articulação entre a necessidade de se pensar o acesso de todos ao patrimônio natural, com a atual necessidade de respeito à diferença.

À medida que aumentam as discussões sobre as questões socioambientais, como matriz do novo paradigma de desenvolvimento, a noção de sustentabilidade amplia seu uso nos discursos e propostas de mudança nas relações da sociedade com a natureza. Há, portanto, uma perspectiva positiva no discurso da sustentabilidade, que é a de colocar em debate a preocupação, real ou virtual, com a satisfação das necessidades humanas fundamentais, bem como em relação ao tratamento dado à natureza, como sendo a “segunda natureza da sociedade” (VIANA, 2001, p.9).

Verificando o conceito definido no Relatório Brundtland, chegamos à conclusão de que seu sentido possui aspecto genérico. E isto, na medida em que a defesa da satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias, deve considerar onde estão e quais são essas gerações futuras.

Dimensão Socioterritorial no Discurso da Sustentabilidade

Para discutirmos a relação da sociedade com a natureza, na perspectiva da sustentabilidade, partimos inicialmente da premissa de que o empobrecimento da vida cotidiana – com a exacerbação do individualismo – entra em choque com o discurso do desenvolvimento sustentável, que prega a solidariedade intergeracional para com o uso e cuidado dos recursos naturais e os bens da natureza. O pressuposto disso está na limitação de

práticas sociais coletivas e solidárias, visto que a preocupação com o *outro* e a instituição de atitudes de preservação, seja da natureza, seja do próprio homem, requer o estabelecimento de laços de confiança e de segurança de que seremos recompensados ao adotarmos uma postura de preocupação e solidariedade.

Nessa perspectiva, a preocupação em termos da sustentabilidade passa a acontecer, sobretudo, ao nível da socioesfera. Em consonância com a proposição de Hacseldrad, não se trata de pensar a sustentabilidade evidenciando principalmente os recursos do meio ambiente, mas de rever as formas sociais de apropriação e uso desses recursos e do ambiente. Pensar dessa maneira implica certamente em se debruçar sobre a luta social, posto que se torna visível a vigência de uma disputa entre diferentes modos de apropriação e uso da base material das sociedades.

Apesar da noção de sustentabilidade vir a somar esforços epistêmicos aos chamados desafios socioambientais, esse termo tornou-se quase chavão nos meios técnicos, científicos, informacionais, financeiros e na gestão pública. Com a crescente necessidade de se pensar a inclusão social nas políticas econômicas, a noção de sustentabilidade tornou-se a “panacéia” para o atendimento de todas as matrizes discursivas sobre a incorporação da dimensão ambiental na discussão sobre o desenvolvimento, nas perspectivas da inclusão e, por sua vez, da “eliminação” das desigualdades sociais.

O conceito de sustentabilidade tem obtido maior êxito no que concerne a sua capacidade de inovação e criatividade humanas. Há um extraordinário empenho na produção de competências inovadoras, criativas e em capacidades intelectuais, embora esbarrem no mundo social concreto de extremos que dificultam e/ou limitam a instauração de uma nova forma de relacionamento com a natureza.

No contexto de extremo entre riqueza e pobreza, ainda não sabemos o que fazer com o grupo dos excluídos do discurso futurista da sustentabilidade, o atual *refugo humano*¹⁰. Esse grupo está inserido na massa humana que não é absorvida no ambiente natural, econômico e sociocultural, constituindo a massa humana alijada dos bens materiais e imateriais básicos. Grupo que inspirou a criação de outro indicador para mensurar a diferenciação dos desníveis socioeconômicos, denominado de Desenvolvimento Humano Sustentável¹¹.

¹⁰ Definido por Bauman (2005) como pessoas descartáveis ou “refugadas”, isto é, pessoas que não puderam ser aproveitadas e reconhecidas em uma sociedade cada vez mais seletiva.

¹¹ Novo conceito proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujo fim é, sem “reinventar a roda”, resgatar idéias importantes para a humanidade, partindo do princípio de que o objetivo principal é criar um ambiente que permita às pessoas usufruírem de uma vida longa, saudável e criativa, na qual elas desfrutem da oportunidade de obter as coisas que mais valorizam: maior acesso ao conhecimento, melhor nutrição e melhores serviços de saúde, uma subsistência garantida, segurança em relação a crimes e violência

Parte desse *refugo humano* – os catadores de sucata – sobrevive da coleta de resíduos residenciais, comerciais e industriais. São sujeitos que, na prática, já poderiam ser apontados como aqueles que efetivamente trabalham em prol da sustentabilidade do planeta, porém não de modo intencional, mas por falta de postos de trabalho formal, realidade irrefutável do atual período capitalista. A posição que ocupam na sociedade acontece muito mais devido à impossibilidade de exercer outras atividades produtivas na economia.

Aqueles que não fazem parte do refugo humano – os incluídos – passam a compor o quadro dos sujeitos que produzem seus projetos individualmente. No máximo, acreditam ser capazes apenas de transformar a si mesmos, para encarar as inumeráveis transformações sociais que experimentam cotidianamente. Trata-se do acirramento de um mundo em que cada um por si procura ser flexível com a finalidade de capacitar-se para as incertezas do futuro, visto que ninguém se crê capaz de transformar a sociedade como um todo.

Contrapondo-se a esse aumento do refugo humano, assistimos ao crescimento do culto ao lucro e à criação de demandas materiais, acirradas via discurso persuasivo da mídia publicitária. Discurso este que dificulta a instituição de novos padrões de uso e consumo da natureza. Se acompanharmos o processo de criação de produtos, sobretudo intensificado pelo crescimento urbano, teremos como resultado um considerável aumento da produção e a consequente demanda mundial de bens manufaturados e dos gerados pelo agronegócio.

O estabelecimento do paradigma da sustentabilidade esbarra nas limitações das atuais sociedades em instituir um novo modo de agir frente aos recursos naturais e humanos, ou seja, a fundação de uma nova relação com a natureza. Romper a subserviência ao produtivismo/consumismo, base do modo de vida urbano-industrial, é um processo que vem sendo progressivamente incorporado nos discursos dos organismos internacionais, mas isso não significa a superação da visão da natureza como fonte inesgotável de recursos. Ainda estamos atados à ideia de que a natureza fora criada para servir ao homem, visão antropocêntrica difundida desde o período renascentista.

A dificuldade na instituição do *éthos* da sustentabilidade também pode ser explicada pela exacerbação do individualismo que, nas últimas décadas, se tornou o impulsionador do hipercapitalismo que hoje se desdobra, aparentemente, de modo insuperável. Em nível produtivo, o individualismo encontra as tecnologias individualizadas do computador, fazendo explodir o fenômeno da microempresa como sinal de auto-realização. Em nível de consumo, produz-se uma proliferação de novas necessidades, de novos produtos para comercializar e de

uma progressiva mercantilização de qualquer aspecto da relação social, afetiva, cultural (BERARDI, 2005).

Acoplar o vocábulo sustentável à questão do desenvolvimento rendeu e continua rendendo muitos artigos e projetos, bem como discussões em fóruns diversos muitos dos quais repletos de contradições. Muitas áreas técnicas, acadêmicas, educacionais (educação ambiental) e dos movimentos sociais incorporaram o termo sustentável ou a noção de sustentabilidade em seus debates. Mas, não necessariamente, pararam para refletir sobre as contradições que o termo encerra para poder agir em consequência e reinventar uma nova prática para mudar a realidade em que se vive.

As questões ambientais, enquanto tema fundamental à existência humana, possuem, também, uma dimensão territorial implícita. Seja pelo fato dos recursos naturais estarem dispersos na superfície terrestre - como resultado de processos naturais de milhões de anos - seja por se constituírem como bens apropriados privadamente pelos grupos sociais de acordo com sua capacidade de gerar instrumentos técnicos, tornando-os, em si, foco de poder, disputa e conflitos. (RIBEIRO, 2010).

A superação das desigualdades na distribuição e acesso aos bens naturais territorializados passa pela compreensão de que a relação dialética do homem com o meio exige a ultrapassagem das tradicionais formas de conceber e investigar a relação natureza/sociedade, tendo em vista o grau da complexidade contida nessa relação. Portanto, a instituição do *éthos* de sustentabilidade está vinculada à construção de um conceito que, além da preocupação com as gerações futuras, deverá ter seus códigos decifrados e traduzidos de modo a ser verdadeiramente compreendido, absorvido e incorporado ao fazer o cotidiano dos sujeitos reais.

No discurso da sustentabilidade, a dimensão territorial e da territorialidade aparecem limitadas à questão das escalas de poder administrativo ou vinculadas à distribuição dos recursos no espaço. Tendo Sachs como referência, muitos dos trabalhos que discutem a problemática ambiental encontram no conjunto de ideias desse autor a dimensão territorial para fundamentar suas pesquisas.

Em Sachs (2004), portanto, encontramos argumentos que defendem a importância do planejamento territorial nos níveis municipal, microrregional e mesorregional, “de forma a reagrupar vários distritos unidos pela identidade cultural e por interesse comuns”. É ainda nos escritos de Sachs (2004, p.15) que podemos ver o pilar territorial da sustentabilidade relacionado à distribuição espacial dos recursos das populações e das atividades.

Como a discussão sobre o território e a territorialidade aparece de forma restritiva nos discursos da sustentabilidade, propomos incorporá-la nessa discussão. O foco está em perscrutar quais são as práticas socioespaciais passíveis de conduzir a “novas” formas de produzir o espaço na perspectiva de manutenção – sobrevivências – das relações dos homens entre si e destes com a natureza. O intuito é germinar uma concepção de sustentabilidade que contemple a voz de muitos, em detrimento da já consagrada forma de difusão de conhecimento cuja feitura se dá a partir do interesse de poucos, embora queira ser a expressão de todos.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Para que haja a instituição de outro olhar no relacionamento do homem com a natureza, para que o legado natural também possa ser acessado pelas futuras gerações, como proposta na concepção de sustentabilidade, é preciso investigar os sentidos que são atribuídos aos fenômenos, elementos e recursos da natureza. É necessário analisar o processo de identificação e os sentidos atribuídos aos bens naturais disponíveis localmente, especialmente a partir da análise das práticas, dizeres e fazeres dos sujeitos que se utilizam dos bens naturais de uso comum, na manutenção de sua sobrevivência, como meio de trabalho.

O conceito de sustentabilidade é fácil de ser absorvido por organismos multilaterais, organizações financeiras e até por organizações governamentais e não-governamentais. Para que haja consolidação desse conceito, vindo a ser expressão das práticas/ações de todos os sujeitos sociais – pessoas simples, agentes do setor produtivo, financeiro, intelectuais e Estado – é necessário passar da “ignorância” ao conhecimento sobre o que deve ser sustentabilidade e sobre a finalidade que oculta.

Consideramos que, para que o conceito de sustentabilidade venha a ser validado pelos *de baixo*, terá que haver a incorporação dos saberes e dizeres científicos, aos saberes e dizeres comuns. Dessa forma, devemos analisar em que medida os saberes derivados de espaços-tempo locais, poderão ser tomados como fonte inesgotável de conhecimentos, repletos dos infinitos sentidos e dos elementos da realidade material e simbólica, bem como de sua crítica.

As possíveis conexões entre os saberes da ciência, da técnica e do senso comum poderão produzir uma ciência mais atenta à crítica e, “ao mesmo tempo, mais tolerante com a própria humana conditio e, por isso, uma ciência reencantada”. (ARAÚJO, 2007, p. 56).

Apelamos para o princípio de que podemos construir outros regimes de verdades, na medida em que soubermos enxergar e valorizar os conhecimentos advindos dos dizeres e

saberes populares, para além do saber formal. Como nos adverte Gonçalves (2002), é preciso que se leve em conta que a razão instrumental, que se forja numa relação sujeito-objeto, não contempla a complexidade do mundo vivido, o mundo das relações intersubjetivas, da razão comunicativa, onde outros modos de conhecimento se dão.

Inserir uma discussão sobre sustentabilidade nos estudos proposta de Educação socioambiental, com a perspectiva de construirmos uma sociedade menos desigual, remete-nos à investigação dos laços societários que garantem o reconhecimento das diversidades ambientais e culturais presentes nos diferentes espaços e escalas geográficas. Assim, a abordagem socioespacial da sustentabilidade, tornar-se-á possível na medida em que construamos “regime de verdades” que desvelem as desigualdades onde elas se ocultam. Para tanto, precisamos acessar outras formas de saber marginalizados, suprimidas e desacreditadas pelas ciências modernas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. ANPUR, ano 1, n. 1, maio 1999.
- _____. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney et al (Org.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 75 - 96.
- ARAÚJO, Maria Luiza Grossi. **Ciência, fenomenologia e hermenêutica: diálogos da geografia para os saberes emancipatórios**. 2007. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>>. Acesso em: 07 abr. 2009
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BERARDI, Franco. **A fábrica da infelicidade: trabalho cognitivo e crise da new economy**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). **Agenda 21**. Rio de Janeiro: CNUMAD/ONU, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28 reimp. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Da Geografia às Geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENA, Ana Esther; SADER, Emir. **La Guerra Infinita: Hegemonia y terror mundial**. CLACSO. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/cecena/porto>>. Acesso em: 22 out. 2007.
- HERCULANO, Selene. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Básico de Filosofia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora**. São Paulo: UNESP, 2000.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

- RIBEIRO, Wagner da Costa Teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade. **Revista do Instituto de Estudos Avançados**. USP. São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 21 jun. 2010.
- RODRIGUES, Arlete Moises. **Produção e Consumo no e do espaço**: problemática ambiental urbana. Disponível em: < <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/deed.pt>> Acesso em: 17 out 2009.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- _____. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, Alzenir & CORRÊA, Antonio Carlos de Barros. Relação sociedade-natureza: (re)aproximações das geografias física e humana. In: **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, no 2, mai/ago. 2009. Disponível em <http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/197/131>.
- SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L.(Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- UNESCO/COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.